

A avaliação das escolas

Começam a ser divulgados novos resultados da avaliação de 130 mil estudantes brasileiros. Vale lembrar que desde 1987 se está ensaiando um sistema nacional de avaliação de desempenho escolar e dois exames parciais foram realizados, em 1990 e 1993. Sem dúvida, esses exames têm significativa importância por fazerem parte de um conjunto de ações avaliativas sobre a educação brasileira. Afora isso, cabe

notar que desde março de 1995 o MEC instituiu a Secretaria de Desenvolvimento, Inovação e Avaliação Educacional e o exame nacional em 2.833 escolas públicas e privadas nos 27 Estados da Federação foi a tentativa mais bem organizada de conhecer quanto o aluno realmente sabe. Este exame nacional teve apoio da Fundação Carlos Chagas e visou, principalmente, à construção de um banco de itens com o qual é possível fazer comparações técnicas fundamentadas.

Esse exame permite algo mais do que um instantâneo da situação educacional brasileira. A metodologia utilizada — a teoria de itens — possibilita criar um padrão mínimo exigido para cada escola, com referência internacional. Exatamente por isso os dados até o momento divulgados devem ser tomados com prudência. A distância que separa o melhor índice do pior é pouco mais de 11 pontos porcentuais. Em termos técnicos, sinaliza que a criança do Maranhão, em média, domina uma ou duas questões de maior complexidade a menos que a criança da mesma série de Brasília. Esse dado pode ser interessante para a composição de algo assim como um ranking da felicidade educacional, mas não é, e está longe de ser, o X do problema. O realmente importante são os insistentes sinais em nível nacional de que os estudantes não sabem pontos do conteúdo programático de séries específicas. E deveriam saber por serem pré-requisitos na escala evolutiva do conhecimento.

O que esses sinais indicam ainda será conhecido. Tomar a referência da média nacional de 43% de acertos no teste como sinal do caos é pouco prudente. Como mé-

dia, não estamos muito distantes dos países ditos desenvolvidos. Em alguns casos, em séries específicas, estamos muito próximos dos melhores resultados. Ter um domínio pouco maior do que a metade do conteúdo ministrado é problema rigorosamente internacional. A referência comparativa com a Argentina faz parte mais dos mitos do que de realidades educacionais. A situação daquele país é assaz assemelhada à nossa e

não é de hoje: a *Ley Federal de Educación 24.195* impôs avaliação periódica da escola argentina, sinalizando a construção de um banco de itens, apenas em 1993, com resultados divulgados no ano seguinte. Por esses resultados, em alguns casos, estamos melhor.

Esse é o perigo desses rankings educacionais. Avaliação escolar tem função um pouco mais séria do que construir tabelas; o mundo todo desenvolveu uma "cultura de avaliação" com metodologia adequada para julgar a escola e não o aluno. O sentido desse "julgar" é conhecer os pontos de estrangulamento do sistema. Junto com esse exame nacional de 130 mil estudantes, 7 mil professores e 2,8 mil diretores responderam perguntas sobre como vêem a escola em que trabalham e os procedimentos didáticos que praticam. Esse material, que não vira tabela, indica muito mais onde e por que o sistema educacional é ineficiente.

É obrigatório notar também que a construção de uma "cultura de avaliação" aponta melhores opções educacionais. Em 1990, Minas Gerais possuía índices críticos; o exame atual indica que alguns nós do sistema foram desfeitos. Entender por que começa em descobrir quanto Minas Gerais investe em educação e, principalmente, como investe. Repetir que lá os diretores de escola são eleitos pela comunidade explica um pouco. Saber que esses mesmos diretores só se candidatam depois de aprovados em exame de habilidade em administração escolar ajuda ainda mais. Nada foi muito diferente com os professores. Ou seja: o "milagre" passa, mais uma vez, pelo exercício de competência no que se faz. É esse o caso do restante do País?